

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/15642	23619/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Rua Senhora do Parto, União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 22037/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2022/3824/0 - Rua Sra. do Parto

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/15572 de 5 de Maio de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá o requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.
- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos



- A 05/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do Projeto de arquitetura. Notifique-se a requerente a apresentar as especialidades e atualizar os elementos solicitados. Tal atualização decorre do previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril)."
- A 05/05/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subcrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMGT / DU / DAT [DIVISÃO DE APRECIÇÃO TÉCNICA]

PROCESSO: 22037/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-28970 DE 15/12/2025

LOCAL DA OBRA: RUA SENHORA DO PARTO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA

05/05/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. através do pedido registado com o n.º 2025-E-RE-28970 apresenta elementos relativos ao pedido de **licenciamento obras de edificação – projeto de arquitetura** - com vista à **construção de habitação unifamiliar e muro e vedação**, a levar a efeito no prédio sito na Rua Senhora do Parto, União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1314/20220428, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2767-P.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.
- 1.3. O requerente vem dar resposta à informação técnica n.º 2025-27867 de 22/10/2025 constante no Despacho n.º 2025-10977.
- 1.4. Trata-se da intenção de construir uma moradia unifamiliar térrea.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram antecedentes processuais nos serviços deste município.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido de licenciamento de obras de edificação encontra-se instruído de acordo com a informação técnica n.º 2026-3029 emitida pela DPU em 02/02/2026.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. A proposta foi alvo de consulta junto da entidade externa E-REDES, tendo esta se pronunciado favoravelmente através da informação com a referência Carta/1058/2026/E-REDES de 04/02/2026.



5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM:

5.1. Enquadramento:

5.1.1. A parcela encontra-se em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como **EC3 – Espaço Central** – segundo o artigo 60º do RPDM - 3ª REVISÃO – Aviso n.º 8551_2026_2, 2ª Série do Diário da República de 15 de abril.

5.1.2. De acordo com a Planta de Condicionantes, a pretensão é atravessada por:

- Rede de Média Tensão



Figura 1 - Extrato Planta de Classificação e Qualificação de solo RPDM e Imagem retirada do Google Maps

5.2. Análise Urbanística:

- 5.2.1. A proposta prevê a construção de uma habitação unifamiliar de tipologia T3 composta por um único piso, a implantar numa parcela inserida num conjunto urbano estruturado com variação de volumetrias.
- 5.2.2. Na sua confrontação imediata, a construção proposta irá confrontar a norte com a Rua Senhora do Parto – um arruamento local com um perfil consolidado - a nascente e poente com habitações de dois pisos acima da cota de soleira.
- 5.2.3. O uso proposto tem enquadramento, no disposto no ponto 1 do artigo 58º do RPDM os espaços centrais correspondem a áreas urbanas de usos mistos com funções habitacionais e terciárias.
- 5.2.4. Quanto ao alinhamento considerado, estabelece relação com as edificações mais próximas do arruamento, pelo que se julga estar salvaguardado o disposto na alínea b) do ponto 1 do artigo 60º do RPDM.
- 5.2.5. De acordo com os elementos apresentados, a proposta prevê manter os muros de vedação existentes, excepcionando-se o muro confrontante com a Rua Senhora do Parto o qual será incrementado em altura em respeito com o artigo B-1/52º do CRMB.
- 5.2.6. Sobre este muro, prevê-se ainda, o recuo na confrontação com a Rua Senhora do Parto para a realização dos acessos automóvel e pedonal, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 75.º do RPDM, admitindo-se a manutenção do alinhamento no restante troço, em respeito pelo alinhamento dominante, bem



como por razões de natureza técnica, designadamente a diferença altimétrica existente entre o arruamento e a parcela objeto de intervenção.

- 5.2.7. A construção salvaguarda o afastamento regulamentar ao eixo da via, conforme alínea a) do ponto 3 do artigo 75º do RPDM.
- 5.2.8. Cumpre o afastamento entre fachadas previsto no artigo B-1/48º do CRMB.
- 5.2.9. A proposta cumpre a dotação de estacionamento privado de acordo com o artigo 78º do RDPDM; quanto ao estacionamento público admite-se a sua isenção ao abrigo da alínea b) do ponto 1 do artigo 80º do RPDM, ficando deste modo sujeito ao pagamento de compensação pecuniária de acordo com o ponto 4 do citado artigo.
- 5.2.10. Alerta-se que a pretensão fica sujeita ao cumprimento do disposto no artigo 94º do RPDM quanto à cedência média.
- 5.2.11. Pelo exposto não há nada a opor.

6. ANÁLISE REGULAMENTAR COMPLEMENTAR:

- 6.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 6.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma.
- 6.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 6.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 6.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.



7. PROPOSTA DE DECISÃO:

7.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

7.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

7.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá o requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.
- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE





E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.

Rua Dom Luís I, 12
1249-008 Lisboa – Portugal

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
4700-435 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Carta/1058/2026/E-REDES	04-02-2026

Assunto: REQUERIMENTO SIRJUE: BRG2026/03251

Ex.mos. Senhores,

Na sequência do requerimento em assunto, informamos V. Ex^{as} que existe rede de Média Tensão na zona de implantação da edificação.

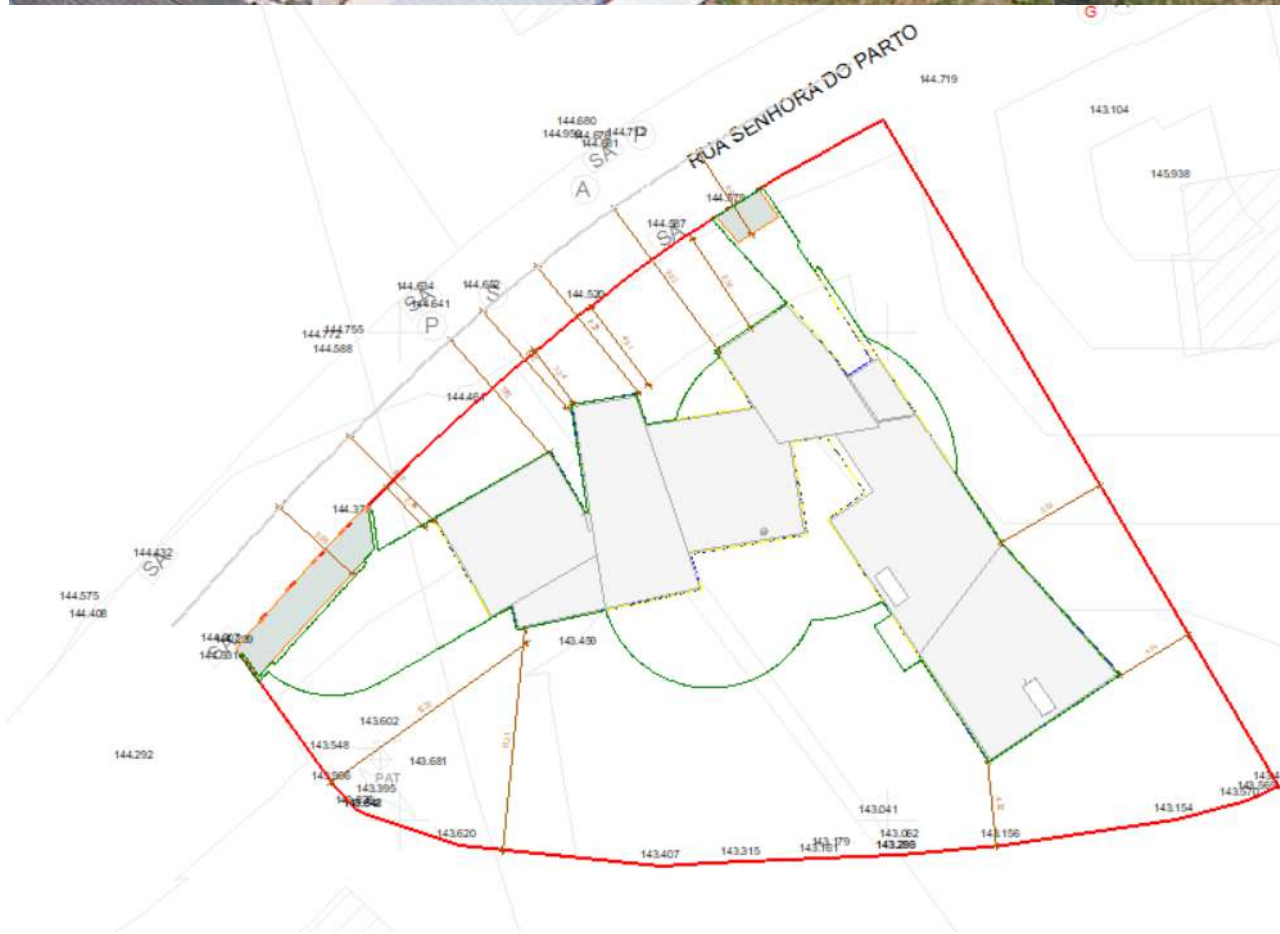
De acordo com a planta de localização e os elementos constantes do projeto, a referida linha não interfere com a construção, verificando-se que a construção respeita a distância regulamentar com as linhas acima referidas.

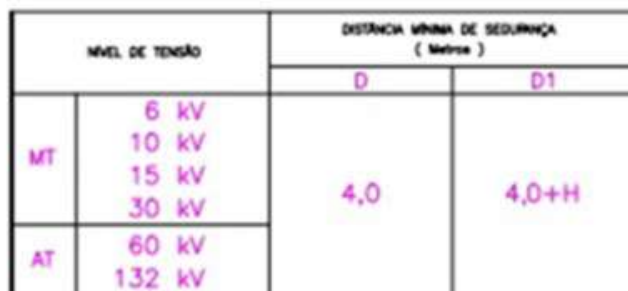
De qualquer modo, deverá ser instruído o requerente para que seja garantido em qualquer fase de realização das obras, o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à referida linha de acordo com o exposto nos planos de projeto em anexo, quer de pessoas, quer de equipamentos auxiliares, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade por qualquer acidente e/ou respetivos prejuízos que daí possam advir, que resultem do incumprimento de tais normas regulamentares de segurança.

Com os melhores cumprimentos,

Área Serviços aos Ativos
Estudos e Projeto MT - Análises e Pareceres
O Responsável







RECOMENDA-SE QUE A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA, A RESPEITAR POR PARTES MÓVEIS DE GRUAS, SEJA A ACIMA INDICADA ACRESCIDA DE 1 METRO

[illegible]

